



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Faço, nesta data, a(s) seguinte(s) designação(ões) de relatoria:

À Deputada Carol Dartora

PROJETO DE LEI Nº 2.177/25 - da Sra. Célia Xakriabá - que "dispõe sobre o reconhecimento e criação das Escolas do Clima, acerca das iniciativas pedagógicas e educacionais baseadas em tecnologias ancestrais e saberes tradicionais que promovam o enfrentamento das mudanças climáticas".

Ao Deputado Dagoberto Nogueira

PROJETO DE LEI Nº 1.783/25 - da Sra. Maria do Rosário - que "acrescenta artigo à Lei nº 14.113, de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para dispor sobre a elaboração, pelo gestor local dos recursos desse Fundo, de relatório quadrimestral sobre sua execução, a ser apresentado ao Conselho de Acompanhamento e de Controle Social e ao Poder Legislativo do respectivo ente federado".

Ao Deputado Daniel Barbosa

PROJETO DE LEI Nº 1.920/25 - do Sr. Robinson Faria - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de módulos de prevenção à violência e ao bullying na grade curricular dos cursos de licenciatura oferecidos em instituições de ensino superior, públicas e privadas, e dá outras providências".

À Deputada Dayany Bittencourt

PROJETO DE LEI Nº 2.237/25 - do Sr. Capitão Alberto Neto - que "altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a notificação e o registro de casos de violência contra crianças e adolescentes em âmbito escolar, envolvendo profissionais da educação".

Ao Deputado Duda Ramos

PROJETO DE LEI Nº 1.894/25 - do Sr. Dagoberto Nogueira - que "dispõe sobre critérios para isenção de pagamento da taxa de inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)".

PROJETO DE LEI Nº 1.931/25 - do Sr. Fabio Schiochet - que "institui o Programa Nacional "Escola 4.0", destinado à expansão do ensino técnico-profissionalizante em áreas tecnológicas, com foco em empregabilidade, inovação e parcerias com o setor privado. "

À Deputada Fernanda Melchionna

PROJETO DE LEI Nº 1.951/25 - do Sr. Luiz Fernando Vampiro - que "altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, para dispor sobre o acesso de professores a livros relacionados à sua área de atuação".

À Deputada Franciane Bayer

PROJETO DE LEI Nº 2.061/25 - da Sra. Maria Rosas - que "altera as Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para dispor sobre o direito ao uso, pelo estudante com necessidades complexas de comunicação, de recursos de Comunicação Aumentativa e Alternativa no processo de aprendizagem, em todos os níveis e modalidades de ensino".

À Deputada Iza Arruda

PROJETO DE LEI Nº 1.970/25 - do Sr. Lincoln Portela - que "dispõe sobre o direito dos pais ou responsáveis legais de fornecerem alimentação específica para crianças com doença celíaca nas instituições de ensino públicas e privadas, e dá outras providências".

Ao Deputado Leônidas Cristino

PROJETO DE LEI Nº 2.124/25 - da Sra. Professora Goreth - que "institui o Marco Legal da Educação Escolar Quilombola no Brasil, e dá outras providências".

Ao Deputado Luiz Lima

PROJETO DE LEI Nº 2.225/25 - do Sr. Helio Lopes - que "dispõe sobre a criação da Política Nacional de Formação e Capacitação de Professores da Educação Básica em Inteligência Artificial como Assistente Pedagógico para o Desenvolvimento do Ensino e Aprendizagem e dá outras providências".

À Deputada Maria Rosas

PROJETO DE LEI Nº 2.255/25 - do Sr. Hildo Rocha - que "altera a redação do inciso I do caput do art. 4º da Lei nº 14.817, de 2024, que estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, para determinar que também sejam aferidas, no concurso de provas e títulos para ingresso na carreira para a docência, as habilidades pedagógicas e didáticas dos candidatos".

Ao Deputado Maurício Carvalho

PROJETO DE LEI Nº 1.956/25 - do Sr. Rafael Prudente - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para prever o ensino dos fundamentos da Inteligência Artificial (IA) no currículo do ensino fundamental e do ensino médio".

PROJETO DE LEI Nº 1.963/25 - do Sr. Marcos Tavares - que "dispõe sobre a inclusão obrigatória do tema Inteligência Artificial nos currículos do ensino fundamental II e do ensino médio em todas as redes de ensino do país e dá outras providências".

À Deputada Nely Aquino

PROJETO DE LEI Nº 1.919/25 - da Sra. Dayany Bittencourt - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir a licença menstrual de três dias por mês, sem prejuízo de frequência ou avaliação, para estudantes que sofram de dores graves e incapacitantes provocadas por endometriose ou adenomiose, matriculadas em instituições de ensino públicas ou privadas, em todos os níveis e modalidades de educação".

PROJETO DE LEI Nº 2.206/25 - do Sr. Vermelho - que "altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que "regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)", a fim de instituir a oferta de material escolar para estudantes da educação infantil e do ensino fundamental".

Ao Deputado Pastor Gil

PROJETO DE LEI Nº 1.944/25 - do Sr. Otoni de Paula - que "dispõe sobre a obrigatoriedade do emprego da norma culta da Língua Portuguesa no âmbito da administração pública e das instituições de ensino públicas e privadas, vedando a utilização de formas linguísticas dissociadas das regras gramaticais oficiais, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 2.002/25 - do Sr. Evair Vieira de Melo - que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da pessoa idosa), para assegurar o direito das pessoas idosas à educação, especialmente a prioridade da alfabetização".

PROJETO DE LEI Nº 2.163/25 - da Sra. Carla Dickson - que "estabelece diretrizes para a formação continuada de professores da rede pública de ensino em práticas pedagógicas baseadas em evidências, com foco no atendimento educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA)".

Ao Deputado Prof. Reginaldo Veras

PROJETO DE LEI Nº 2.057/25 - da Sra. Socorro Neri - que "dispõe sobre a inclusão da pessoa com deficiência e conscientização para o anticapacitismo como tema de atividades pedagógicas ao longo de todas as etapas da educação básica".

PROJETO DE LEI Nº 2.129/25 - do Sr. Nitinho - que "dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de conteúdos relacionados à inteligência artificial no currículo da educação básica".

Ao Deputado Professor Alcides

PROJETO DE LEI Nº 2.122/25 - da Sra. Marussa Boldrin - que "institui a Política Nacional de Proteção Emocional, Educação Consciente e Combate à Violência entre Jovens – JUVENTUDE EQUILIBRADA, e dá outras providências".

PROJETO DE LEI Nº 2.341/25 - do Sr. Dr. Jaziel - que "altera a legislação tributária para equiparar jogos de tabuleiro ao tratamento fiscal concedido a livros e materiais didáticos, com redução de impostos na importação e comercialização, e dá outras providências".

Ao Deputado Rafael Brito

PROJETO DE LEI Nº 1.924/25 - da Sra. Laura Carneiro - que "institui a Estratégia de Desenvolvimento Infantil (EDI 0-5)".

À Deputada Soraya Santos

PROJETO DE LEI Nº 2.301/25 - do Sr. Murilo Galdino - que "dispõe sobre a reserva mínima de vagas para mulheres em cargos ou funções de direção, chefia e assessoramento nos órgãos e instituições públicas de educação, na administração pública direta e indireta da União, estados, municípios e Distrito Federal. "

Ao Deputado Tadeu Veneri

PROJETO DE LEI Nº 1.961/25 - do Sr. Aureo Ribeiro - que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para assegurar reserva de vagas e políticas de ações afirmativas em favor de estudantes em situação de acolhimento institucional ou que tenham atingido a maioria em serviços de acolhimento sem terem sido adotados, bem como lhes garantir acesso prioritário à moradia estudantil nas instituições federais de ensino".

À Deputada Talíria Petrone

PROJETO DE LEI Nº 1.954/25 - do Sr. Ivan Valente - que "institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio e tecnológica de graduação das instituições públicas de ensino; e altera a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, para tornar elegíveis ao incentivo financeiro de que trata a norma legal os estudantes matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma subsequente".

Ao Deputado Wilson Santiago

PROJETO DE LEI Nº 1.915/25 - do Sr. Bruno Ganem - que "estabelece política de acompanhamento para educandos com necessidades educativas especiais".

Sala da Comissão, em 16 de junho de 2025

Maurício Carvalho
Presidente